



O REPUBLICANISMO LATINO-AMERICANO CONTEMPORÂNEO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SUPERAÇÃO DO DÉFICE DEMOCRÁTICO

Denise Tatiane Girardon dos Santos e Eduarda Pimentel de Souza

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

O artigo apresenta um estudo desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa “Estado Plurinacional e Republicanismo na América Latina: elementos nas Constituições dos Estados para a superação das desigualdades e do déficit democrático”. A pesquisa tem como foco o Estado Plurinacional e o republicanismo como fundamentos dos Estados latino-americanos contemporâneos, cujos reflexos podem ser observados em seus textos constitucionais. A investigação parte da seguinte problemática: em que medida as Constituições dos países da América Latina, ao incorporarem características plurinacionais e republicanas, podem servir como instrumentos para superar as desigualdades e o déficit de participação democrática? Como hipótese, sustenta-se que a gradual incorporação dos princípios do Estado Plurinacional e do republicanismo nas Constituições latino-americanas contribui para o enfrentamento das marcas do colonialismo ainda presentes na região, sob uma perspectiva própria da América Latina. Constatou-se que compreender o republicanismo em diálogo com a teoria crítica e o constitucionalismo é essencial para analisar a realidade política e social latino-americana. A persistência da colonialidade do poder e a exclusão histórica de povos originários, afrodescendentes e outros grupos marginalizados demonstram que a simples proclamação da independência e da república não foi suficiente para assegurar liberdade, igualdade ou participação plena. Nesse contexto, os avanços promovidos pelos Estados Plurinacionais (como Bolívia e Equador) e pelas disposições constitucionais voltadas à proteção de minorias em outros países revelam que o reconhecimento da diversidade e a institucionalização de princípios plurinacionais representam caminhos concretos para a superação das desigualdades estruturais. Assim, republicanismo, democracia e plurinacionalidade configuram-se como pilares fundamentais para a efetivação dos direitos, a construção de sociedades mais justas e inclusivas e a consolidação de uma cidadania plena, capaz de transformar o espaço público em verdadeiro instrumento de participação e emancipação social.